



TURMA DA TIA CAROL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ: 13.111.469/0001-40
RUA DOMINGOS AGUIAR CARDOSO 312, VERDE VALE-SAQUAREMA-RJ
CEP: 28994-414

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

RECORRIDA: TURMA DA TIA CAROL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

RECORRENTE: ART BRINQUE COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE PROPAGANDA LTDA

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro,

A empresa **TURMA DA TIA CAROL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**, já devidamente qualificada nos autos do Pregão Eletrônico nº 90005/2026, vem, tempestivamente, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **ART BRINQUE COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE PROPAGANDA LTDA**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I – SÍNTESE DO RECURSO

A recorrente sustenta que haveria irregularidade na documentação econômico-financeira da recorrida em razão de divergência entre o capital social constante do contrato social da empresa, registrado no valor de R\$ 80.000,00, e o valor de R\$ 250.000,00 evidenciado no balanço patrimonial referente ao exercício de 2025. Com base nessa premissa, requer a reforma da decisão que declarou a recorrida habilitada no certame.

Todavia, como será demonstrado, o recurso se fundamenta em interpretação incompleta das demonstrações contábeis apresentadas, desconsiderando registros regularmente escriturados e documentalmente comprovados.

II – DA REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL APRESENTADA

A recorrente parte da premissa equivocada de que o valor de R\$ 250.000,00 evidenciado nas demonstrações contábeis corresponderia integralmente ao capital social da empresa.

Entretanto, conforme demonstrado no **Balancete Analítico juntado como Anexo I** e esclarecido na **Declaração Técnica Contábil** emitida pelo profissional responsável pela escrituração da empresa, juntada como **Anexo II**, o valor de R\$ 250.000,00 evidenciado nas demonstrações contábeis não corresponde exclusivamente ao capital social registrado no contrato social, mas decorre da composição patrimonial regularmente escriturada formada por:

- Capital Social: R\$ 80.000,00;
- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC: R\$ 170.000,00.

Conforme demonstrado nos documentos contábeis anexados, o montante de R\$ 170.000,00 encontra-se regularmente registrado na escrituração contábil da sociedade, possuindo lastro documental e contabilização regular.

Portanto, a diferença apontada pela recorrente não decorre de omissão patrimonial, fraude, inconsistência material ou irregularidade contábil, mas da existência de valores contabilizados em conta específica de **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC**. Trata-se de situação plenamente identificável por meio dos registros contábeis da empresa e demonstrada pelo **Balancete Analítico** que acompanha as presentes contrarrazões.

III – DA INAPLICABILIDADE DO ITEM 17.4.8 DO EDITAL

A recorrente invoca o item 17.4.8 do edital para sustentar a necessidade de arquivamento de alteração contratual perante a Junta Comercial. Todavia, referida interpretação não se aplica ao caso concreto. O dispositivo editalício trata da hipótese em que o licitante pretende demonstrar alteração patrimonial decorrente de aumento de capital social formalizado após a data do balanço patrimonial. Não é essa a situação dos autos. A recorrida não apresentou qualquer alteração contratual posterior buscando justificar aumento de capital social perante a Administração.

Ao contrário, o capital social registrado permanece no valor constante do contrato social, sendo a diferença apontada pela recorrente decorrente de **registro contábil de AFAC regularmente escriturado**. Portanto, inexistente tentativa de utilização de alteração contratual não registrada ou de modificação societária posterior para fins de habilitação. Dessa forma, não há qualquer violação ao item 17.4.8 do instrumento convocatório.

IV – DA AUSÊNCIA DE COMPROMETIMENTO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Ainda que se admitisse, apenas para argumentar, a existência de dúvida quanto à composição patrimonial da empresa, fato é que a recorrente não demonstrou qualquer prejuízo à qualificação econômico-financeira da recorrida.

Cumprido destacar que o instrumento convocatório não estabeleceu exigência de capital social mínimo como condição de habilitação econômico-financeira. Assim, ainda que existisse divergência interpretativa acerca da composição patrimonial da empresa, tal circunstância, por si só, não teria o condão de afastar a qualificação econômico-financeira regularmente demonstrada pela recorrida.

Além disso, os índices econômico-financeiros exigidos foram regularmente apresentados e atendidos pela recorrida, demonstrando sua plena capacidade financeira para execução do objeto contratual.

Em nenhum momento o recurso demonstra:

- insuficiência patrimonial;
- descumprimento dos índices exigidos;
- incapacidade econômico-financeira;
- prejuízo à execução contratual.

Limita-se a apontar divergência formal entre documentos sem demonstrar qualquer impacto efetivo na qualificação econômico-financeira da empresa.

V – DA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE E AO JULGAMENTO DO CERTAME

A recorrente não demonstrou qualquer prejuízo concreto à Administração Pública, à competitividade do certame ou à adequada aferição da capacidade econômico-financeira da recorrida.

A argumentação recursal limita-se à identificação de divergência entre registros societários e contábeis, sem demonstrar que a recorrida deixou de atender qualquer requisito objetivo previsto no edital ou que não possui condições de executar o objeto licitado.

A interpretação defendida pela recorrente prestigia excessivo rigor formal em detrimento da finalidade do procedimento licitatório, da busca da proposta mais vantajosa e dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e julgamento objetivo previstos na Lei nº 14.133/2021.

VI – DA POSSIBILIDADE DE ESCLARECIMENTO E DO FORMALISMO MODERADO

A Lei nº 14.133/2021 prestigia a busca da proposta mais vantajosa e a adoção do formalismo moderado, permitindo a realização de diligências destinadas ao esclarecimento de informações já existentes nos documentos apresentados.

No presente caso, a documentação contábil apresentada já continha os elementos necessários à compreensão da composição patrimonial da empresa.

A declaração técnica emitida pelo contador responsável e o balancete analítico ora juntados não criam documento novo nem promovem regularização posterior de requisito de habilitação. Limitam-se a esclarecer e detalhar registros contábeis já existentes à época da apresentação da documentação de habilitação.

Trata-se, portanto, de mero esclarecimento técnico acerca de informação previamente constante da escrituração contábil da empresa.

Cumprido ressaltar que o item 9.1.3 do Edital prevê expressamente a possibilidade de apresentação documental complementar nos moldes do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, hipótese plenamente compatível com os esclarecimentos ora apresentados, os quais se limitam a demonstrar a composição patrimonial já registrada na escrituração contábil da empresa à época da habilitação. No presente caso, a declaração do contador e o balancete analítico não substituem documento ausente nem promovem regularização posterior de requisito de habilitação, limitando-se a esclarecer a composição patrimonial já constante da escrituração contábil apresentada na fase de habilitação.

Portanto, não se trata da hipótese vedada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União mencionada pela recorrente, mas de simples esclarecimento técnico acerca de fatos e registros contábeis já existentes à época da habilitação.

VII – DA IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO

Diante do exposto, verifica-se que:

- a) a divergência apontada pela recorrente possui explicação contábil devidamente demonstrada;
- b) inexistente qualquer irregularidade material capaz de comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras;
- c) não houve apresentação de alteração contratual posterior para justificar aumento de capital social;
- d) o item 17.4.8 do edital não se aplica à situação concreta;
- e) a recorrente não demonstrou qualquer prejuízo à qualificação econômico-financeira da recorrida;
- f) a recorrida atendeu integralmente aos requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório;
- g) a empresa recorrida permanece plenamente apta ao cumprimento das obrigações

decorrentes da futura contratação.

VIII – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) o conhecimento das presentes contrarrazões;
- b) o total indeferimento do recurso administrativo interposto pela empresa ART BRINQUE COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE PROPAGANDA LTDA;
- c) a manutenção da decisão que declarou habilitada a empresa TURMA DA TIA CAROL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA;
- d) o regular prosseguimento do certame, com a manutenção de todos os atos praticados;
- e) subsidiariamente, caso Vossa Senhoria entenda necessário, seja promovida diligência para análise dos esclarecimentos contábeis ora apresentados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

IX – DOS DOCUMENTOS ANEXADOS

Para fins de comprovação dos esclarecimentos apresentados, a Recorrida junta aos autos os seguintes documentos:

ANEXO I – Balancete Analítico da empresa TURMA DA TIA CAROL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA, demonstrando a composição patrimonial da conta de Capital Social e do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

ANEXO II – Declaração Técnica Contábil emitida pelo contador responsável pela escrituração da empresa, Sr. LEANDRO MOREIRA VIGNOLI, CRC/RJ nº 085996/O-4, esclarecendo a origem da diferença entre o capital social constante do contrato social e o valor evidenciado nas demonstrações contábeis.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Saquarema, 25 de Maio de 2026

CAROLINA DE ANDRADE FERREIRA
Sócia-Administradora
TURMA DA TIA CAROL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA